

COLEÇÃO ANTÔNIO DE MORAIS SILVA
ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

∞ ESTUDOS SOBRE
Os Lusíadas

ESTUDOS INTRODUTÓRIOS

Evanildo Bechara
Aníbal Pinto de Castro
Maria do Céu Fraga

3.^a edição

Rio de Janeiro 2010

☞ José Maria Rodrigues: o Camonista*

MARIA DO CÉU FRAGA

Mesmo se não as encaramos, ao modo de Comte, como manifestações de síntese afetiva, temos de reconhecer que as celebrações proporcionadas pela comemoração de datas, e em particular dos anos centenários, nos atraem por diversas razões, e desde logo porque põem em evidência as transformações operadas na sociedade e nas mentalidades pelo tempo, fazendo-nos refletir sobre o sentido da mudança e a alteração dos valores que lhe presidiram.

A forma como uma época interpreta e recria momentos ou figuras da História é tão significativa da época evocada como da época ou da personalidade que a lembra, da proximidade ou do distanciamento mantidos. Com frequência, quer a redescoberta de figuras do passado, quer a “ingratidão” das épocas que votam ao esquecimento alguns nomes e acontecimentos históricos, explicam-se, não pela consideração isenta das suas qualidades, mas antes pela consonância ou pelo afastamento dos ideais que os norteavam e as expectativas da época que os avalia.

Neste jogo de épocas, algumas figuras vão sobrevivendo à dura lei da morte, vendo a sua imagem sucessivamente reconstruída e reelaborada. Um dos casos mais paradigmáticos na história da nossa cultura é, sem dúvida, o de Camões. Num processo que

* ☞ Conferência proferida na sessão comemorativa dos 150 anos do nascimento do Prof. Doutor José Maria Rodrigues, promovida pelo Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos e Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

se intensifica desde as comemorações do Tricentenário, o Poeta acompanhou as transformações da sociedade e da cultura, respondendo de diferentes maneiras às exigências de épocas distintas, que na sua obra procuravam sentidos diferentes e nele encontravam uma das principais imagens da identidade nacional.


E houve até ocasiões em que a figura do Poeta se impunha num clima de tal forma emotivo que não deixava margem para a racionalização e consideração dos textos particulares que estavam na base da sua celebração. Camões ganhara um valor simbólico que não se compadecia com o estudo frio das suas obras. Mesmo hoje, quando se discute o lugar da sua lírica nos programas de ensino básico e se debate se a sua epopeia deve ou não pertencer ao cânone escolar, a própria figura do poeta continua a despertar interesse, não obstante a biografia dos autores já não ocupar a posição central que desempenhou nos estudos literários dos finais do século XIX e primeira metade do século seguinte.

Muitos são os nomes da cultura portuguesa que se ligam a Camões. Na primeira metade do século XX, patrioticamente rendido ao “culto camoniano”, toma grande relevo José Maria Rodrigues, um estudioso e intelectual que o entendeu como obrigação de compreender e dar a conhecer a obra do Poeta. Por isso, ao comemorarmos os 150 anos do seu nascimento, necessário é considerar o contributo do Professor Rodrigues para a cultura portuguesa e, de uma forma muito particular, para os estudos camonianos.

Gostaria por isso de dizer a minha satisfação por me encontrar aqui, numa iniciativa do Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos e da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, e agradecer ao Prof. Doutor Seabra Pereira, coordenador do CIEC, o convite amigo para me associar às comemorações do 150.º aniversário do nascimento do Professor Doutor José Maria Rodrigues, lembrando-o enquanto camonista insigne.

Encontramos o nome de José Maria Rodrigues indelevelmente ligado a Camões, numa relação marcada a um tempo por veneração e proximidade, erudição e fantasia, a partir do momento em que, ainda jovem professor, José Maria Rodrigues lucidamente observa que Camões não era tão lido como a sua exaltação faria supor. As causas do aparente paradoxo, encontra-as em primeiro lugar nas dificuldades de interpretação que os textos camonianos levantam ao leitor comum. Mais ainda, pensará que o afastamento se deve à imagem vulgarizada de Camões ser um poeta difícil. E aceitará como desafio a missão de estudar e dar a conhecer esse poeta que representa a Pátria e a sua grandeza.

Pouco depois da morte de José Maria Rodrigues, Hernâni Cidade, seu sucessor na cátedra de Estudos camonianos na Universidade de Lisboa, evocou-o¹, salientando a

1  Hernâni Cidade, “Prof. Doutor José Maria Rodrigues”, in *Revista da Faculdade de Letras*, T. VIII, 2.ª, n.ºs 1 e 2 (Lisboa, 1942), pp. 6-11.

“coerência incorruptível” da sua vida de estudante, professor, investigador e sacerdote, o “equilíbrio das faculdades do espírito, das energias do caráter, das virtudes do coração”. Na altura, contou que o mestre atribuía o início dos seus estudos camonianos às dúvidas colocadas pelos alunos no recreio do Liceu do Carmo, de que era reitor no final do século XIX. Na procura da resposta possível, a honestidade intelectual e as exigências espirituais que o guiavam levá-lo-iam a concluir que a resolução séria dos problemas não se coadunava como improvisado da resposta pronta, exigindo antes reflexão e estudo continuado.

Esse estudo continuado e a intenção de contribuir para a clarificação das obras do nosso poeta maior motivarão publicação de notas dispersas e estudos. A partir de 1904, vai publicando na revista *O Instituto* uma série de artigos sob o título “Fontes dos Lusíadas”, que reunirá posteriormente num volume de 639 páginas. A reedição do livro em 1979 pela Academia das Ciências de Lisboa, que comemorava então o 2.º centenário da sua fundação, diz bem da importância da obra. Prefaciou esta 2.ª edição o Professor Costa Ramalho, e, nas suas palavras, além de enaltecer a importância que ainda hoje tem a obra, sublinha também o caráter inovador desses estudos, a que não foi certamente alheia a influência exercida por Carolina Michaëlis de Vasconcelos.

É de sublinhar que José Maria Rodrigues recorre, na explicação de algumas passagens d’*Os Lusíadas*, a textos dos humanistas europeus dos séculos XV e XVI, numa aproximação que não era então corrente, e que vem a abranger nomes como Manuel da Costa, Jorge Coelho, Diogo de Teive, G. Buchanan, Biondo, Mateus de Pisano, Sannazaro, Lourenço Valla. São também textos menos citados nos nossos dias, mas certamente compulsados por Camões, aqueles que lembra a propósito de Boccaccio, Petrarca e Ariosto. A sua vasta erudição não deixa de lembrar textos dos historiadores portugueses: Duarte Galvão, Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros, Rui de Pina e Fernão Lopes. E lembra-os não só para aproximar os textos, apontando fontes de Camões, mas também para, a partir da leitura, propor emendas a alguns versos da epopeia, numa tentativa de fixação do texto. As notas transformam-se, nas palavras de Afrânio Peixoto, em “lições e dicionário do português do século XVI”, mostrando ao mesmo tempo uma cultura que abrange muitos outros domínios.

A vastidão desta cultura, que diríamos hoje interdisciplinar pela profundidade alcançada nos vários domínios convocados, está bem evidente nos muitos números da revista *Biblos* que, entre 1929 e 34, registam a acesa discussão que sustenta com o admirante Gago Coutinho a propósito da rota de Vasco da Gama. José Maria Rodrigues interpretava o início do Canto V (est. 4-13) da epopeia, vendo nele a confirmação do secretismo que envolve a notação do rumo que as naus portuguesas


tomavam a partir de Santiago, convicto de que o Brasil era já conhecido dos navegadores portugueses.

A busca de fontes, estudo que nos nossos dias se concebe tantas vezes mecanicamente aliado à atividade editorial, faz sentido no âmbito de uma poética clássica. Mais ainda do que “fazer sentido”, é caminho indispensável ao leitor que queira avaliar a perícia do autor que elege um modelo para o imitar e superar, para o fazer lembrar e esquecer ao mesmo tempo. Num tratado de poética setecentista francês preceituava-se que o roubo só é legítimo quando é seguido pelo assassinio. E desta maneira prosaica explicava o processo que Sêneca e Petrarca explicavam através das imagens da abelha a fabricar o mel e da lagarta a segregar o seu próprio casulo. No entanto, é necessário reconhecer que a imagem do escritor como ladrão salienta com vigor um aspecto essencial: o texto novo, que tira parte do seu significado do apelo feito à memória e à enciclopédia do leitor, tem de integrar as palavras e as imagens roubadas de forma tão expressiva que faça esquecer a sua origem.

Por vezes, nestas como noutras páginas em que procede a exercícios similares (“De algumas inexatidões e enigmas de *Os Lusíadas* e sua proveniência”², por exemplo), José Maria Rodrigues não consegue evitar a dificuldade principal deste estudo e cai em ler o texto de Camões, ou em o corrigir, de acordo com a fonte descoberta. No seu espírito o rigor lógico impõe-se à língua, e não admite o mínimo descuido à perfeição linguística de Camões, não lhe dando qualquer ocasião de dormir, como acontecia ao bom Homero de Horácio. Daí por vezes o exagero explicativo com que por várias vezes aborda “o verso mais discutido” de Camões (IX, 21, 6), e as soluções que propõe, sempre na ânsia de descobrir a verdade e de a ver aceite pelos seus contemporâneos.

A segurança da expressão e o dizer claro que caracterizam os escritos de José Maria Rodrigues não deixam margem para outra interpretação que não seja a pretendida. Aliadas a um espírito que diz de uma forma muito direta as suas convicções, estas características incentivam a polémica. De passagem, lembremos que, desde muito novo, José Maria Rodrigues se envolveu em polémicas: ficou célebre a polémica que, ainda estudante de Teologia, travou com Camilo Castelo Branco, que batalhou convicto de estar a esgrimir argumentos com alguém muito mais velho. Aliás, comentando a “questão da sebenta” e caracterizando o seu adversário, Camilo foi muito claro na avaliação que fez: nas suas palavras, lembradas por Trindade Coelho, o jovem estudante de Coimbra fora o seu único adversário temível, o único que lhe “dera trabalho”.

Entre quantos propugnavam pela consagração de Camões, José Maria Rodrigues era um dos mais respeitados camonistas no primeiro quartel do século XX. Não será,

2  A Língua Portuguesa, vol. II, Fasc. IV, Lisboa, 1931.

portanto, motivo de admiração que nas comemorações de 1924, lhe tenha cabido um papel central.

Ao celebrar-se o 4.º centenário do nascimento do épico, Portugal e Brasil uniam-se na afirmação do Poeta, símbolo da cultura portuguesa e da sua expansão. Camões, que fora o poeta da nacionalidade em época de crise, convertia-se no “poeta da raça”. No Brasil, Afrânio Peixoto foi o grande impulsionador das comemorações. A sua ação, concertada com a de José Maria Rodrigues, não se circunscreveu, aliás, ao país irmão. Mas comecemos por lembrar que, no Brasil, a criação da Sociedade de Estudos Camonianos foi fonte de toda uma série de publicações e conferências, num movimento que se veio a alastrar e abranger outras instituições, entre as quais se salientou a Academia Brasileira³.

Afrânio Peixoto, ele mesmo acadêmico e professor universitário, além de homem de ciência e político, foi um do “corações devotos” em quem um fervoroso culto camoniano não apagou a lucidez. E, sobretudo, foi um dos que compreenderam que o Poeta merecia um estudo sistemático e rigoroso que só a universidade poderia proporcionar. Nesta época em que, com métodos e num quadro conceptual bem diferentes, Fidelino de Figueiredo propugnava por uma *crítica literária científica* e os estudos literários ambicionavam o rigor e o prestígio da ciência⁴, despontava no horizonte, um novo ramo, uma “sciencia nova”: a camonologia.

O êmulo do acadêmico brasileiro era colhido em Itália, onde, em Florença, os estudos de Dante tinham sido criados logo no século XIV e confiados a Boccaccio. Afrânio Peixoto invocava ainda, com força de autoridade, a criação, anunciada na universidade parisiense, da cátedra Victor Hugo, considerando que, se Camões ombreava com Dante, era “muito maior” do que Victor Hugo.

“¿Porque se não havia de criar, em Universidade portuguesa, um cadeira de ‘Estudos Camonianos’, para exegese e ensino de Camões, que é tôda uma literatura, um passado, um futuro, um idioma, duas pátrias?”⁵

E sugeria nomes de distintos “camonólogos” que poderiam ocupar dignamente a cátedra: Teófilo Braga, Carolina Michaëlis, José Maria Rodrigues. Na sugestão destes nomes, e em particular dos dois primeiros, creio encontrar-se, sobretudo, o sentido de homenagem. Só o terceiro constituía uma proposta exequível.

3 ◌ As iniciativas desse ano de comemoração no Brasil encontram-se registadas no *Livro Comemorativo da Fundação da Cadeira de Estudos Camonianos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1927.


4 ◌ Veja-se um quadro geral, muito claro e bem informado, no capítulo “Camonologia e métodos histórico-críticos” do livro de José Cândido de Oliveira Martins *Fidelino Figueiredo e a Crítica da Teoria Literária Positivista*, Lisboa, Instituto Piaget, 2007.

5 ◌ Afrânio Peixoto, *Ensaios Camonianos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932, p. 55.

Teófilo Braga andava na casa dos oitenta anos (nascera em S. Miguel em 1843, e viria a morrer em Lisboa, em fins de Janeiro de 1924). Lembrando o pioneiro da “crítica científica”, que entre nós se desenvolve a partir do terceiro quartel do século XIX, Afrânio Peixoto prestava homenagem ao promotor das comemorações camonianas do Tricentenário, a um dos principais responsáveis pela imagem “republicana” do Poeta. Que era, além disso, um intelectual universitário, que, seguindo uma metodologia positivista concebera uma *História da Literatura Portuguesa*, em que Camões era iluminado pelo “clarão da Renascença”. Assim, nos capítulos dessa História consagrados a Camões, a sua *História de Camões*, Teófilo pretende ajuizar “tudo quanto há de positivo sobre Camões”, explicando a “fatalidade” da sua obra e do seu “gênio” através da compreensão histórica e sociológica da sociedade do seu tempo e da sua vida, que procura reconstituir a partir do respeito pelo facto positivo que apura. O biografismo em que Teófilo mergulha afasta-o da análise estética dos poemas, mas, ao mesmo tempo, o rigor positivo a que almeja obriga-o a aceitar métodos de crítica textual desconhecidos dos editores anteriores. E é justo salientar que o jovem Teófilo se empenhou criticamente na análise da atribuição de muitos poemas, mesmo se o seu ânimo veio a ser quebrado pela tentação do aumento de composições da lírica em que se saldou a edição dos três volumes do *Parnaso* em 1880.

Carolina Michaëlis de Vasconcelos, que veio a morrer em 1925, era a mestra incontestada do camonismo a partir das últimas décadas do século XIX. Com ela, com o rigor da filologia alemã e uma distância crítica efetivamente conseguida, os poetas de Quinhentos conheceram novos horizontes, logo a partir dos primeiros ensaios sobre Camões, publicados ainda na Alemanha. Abriu a longa série estudos camonianos um artigo sobre a tradução de Camões por Storck, e logo se seguiram outros que a credibilizaram e lhe deram autoridade para criticar os camonistas portugueses, apontando-lhes, já em 1882⁶ um vício fundamental: a “monomania camoniana”: “Lêem [diz ela, referindo-se aos “modernos admiradores de Camões”] principalmente o poeta e não estudam bastante os seus predecessores, os mestres com os quaes aprendeu; não estudam bastante os contemporâneos e os seus sucessores, porque tudo isto é preciso. É por isso que eles imaginam que a poesia de Camões é um phenomeno á parte, que não se confunde com cousa alguma”.

A escolha da Universidade portuguesa, traduzida pela Direção Geral do Ensino Superior recaiu sobre José Maria Rodrigues, que ao tempo era uma autoridade no campo da filologia e dos estudos clássicos (o último filólogo de uma geração trilin-

6  “O texto das *Rimas* de Camões e os apocryphos”, in *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, 1882, pp. 105-24.

gue) e se afirmara já camonista insigne, com a publicação de *Camões e a Infanta D. Maria*, do comentário à edição da epopeia feita por Epifânio da Silva, e dos vários artigos que viriam a ser reunidos em *Fontes dos "Lusíadas"*. Além disso, não se encerrava num estudo gratuito de Camões, antes defendia que *Os Lusíadas* deviam ser o centro dos estudos de qualquer jovem no ensino português. E assim, a 4 de Novembro de 1924, em ambiente festivo e de grande solenidade, como regista um dos extensos artigos que no dia seguinte relatam o acontecimento no *Diário de Notícias*, perante um público composto na sua maior parte por homens de cultura, autoridades portuguesas e brasileiras, rendendo homenagem a Carolina Michaëlis de Vasconcelos, então ainda viva, e lembrando Teófilo Braga e Augusto Epifânio da Silva Dias, José Maria Rodrigues proferia a lição inaugural da cadeira de Estudos Camonianos.

A possibilidade de criar a cadeira deveu-se à intervenção de Afrânio Peixoto e ao fervor patriótico de um bem-sucedido emigrante da colônia portuguesa em Terras de Santa Cruz, Zeferino Rebelo de Oliveira, a quem a Faculdade de Letras manifestava gratidão, atribuindo o seu nome à sala onde decorreriam as aulas.

O gesto magnânime do emigrante foi uma das muitas expressões que deram corpo a todo um sentimento nacionalista que vinha operando desde os românticos do século XIX e se intensificara nas comemorações do Tricentenário, elegendo Camões como modelo e figura emblemática da Pátria (por curiosidade que diz bem da emotividade do ato, refira-se que o notário que lavrou a escritura se lhe associou, prescindindo dos honorários que lhe seriam devidos). Ao mesmo tempo, marcou o reconhecimento da importância que se atribuía ao conhecimento rigoroso e sistemático do poeta e, não menos importante, a passagem de um Camões nacional a um Camões "poeta da raça"⁷.

Nessa Lição, que vamos agora tomar como guia da nossa exposição, uma vez que nela se concentra o essencial do entendimento que da camonologia teve o universitário, José Maria Rodrigues justificava com ardor retórico a importância dos Estudos Camonianos perante a assembleia que se pode julgar convertida mesmo antes de transpor o umbral da porta. E, ao mesmo tempo que dava uma lição sobre Camões, explicitava os objectivos da cadeira e traçava metas a atingir, dividindo sistematicamente a sua exposição entre a consideração de *Os Lusíadas* e a da lírica, movendo-se entre os que considerava "os grandes propulsores psíquicos de Camões [...], o amor da pátria e o amor, sem outro qualificativo"⁸. Apaixonadamente, fazia sentir a necessida-

7 No Brasil, as comemorações de 1924, tendo em Afrânio Peixoto o principal promotor, foram longamente preparadas e estenderam-se pelo ano, iniciando-se em Fevereiro, mês que, de acordo com os cálculos de Teófilo Braga, vira nascer o Poeta.


8 José Maria Rodrigues, *Lição Inaugural da Cadeira de Estudos Camonianos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, p. 31.

de de um estudo que culminasse no estabelecimento de edições críticas e, ao mesmo tempo, de edições que se aproximassem do leitor comum, facilitando a interpretação das obras e dos seus passos mais densos. Ou seja, resumindo, apontava por um lado para a edição, por outro para a interpretação.

Quanto à edição d'*Os Lusíadas*, José Maria Rodrigues pensa-a possível, a partir do momento em que aceita a edição dita Ee como sendo a original. O professor perfilha a opinião, corrente na época, de terem existido duas edições de *Os Lusíadas* com a data de 1572, cujos exemplares se distinguiriam, como observara o Morgado de Mateus, por pormenores tipográficos que se podiam correlacionar com algumas diferenças a nível textual (uma das supostas edições apresenta, logo na estância inicial do poema, o verso “Entre gente remota edificaram”, enquanto na outra se lê “E entre gente remota”). Para diferenciar essas duas edições, forja as siglas que se vieram depois a consagrar entre os camonistas (E e Ee, respectivamente), continuando a ser hoje empregues [restrições]. Nos seus trabalhos, Ee designa a edição que apresenta na portada o pelicano virado para a esquerda do observador (ou, nos termos mais rigorosos da descrição consagrada de Antônio Joaquim Anselmo⁹, que apresenta o “rosto gravado em chapa de metal e enquadrado por uma portada que tem na parte superior, ao meio, um pelicano com o colo voltado para a esquerda do observador”). Por seu turno, E designa a edição que exhibe na portada o pelicano com o colo virado à direita.

A existência destas supostas duas edições datadas de 1572 fora já notada por outros estudiosos. O próprio Faria e Sousa, por exemplo, possuía um exemplar de cada. Designava um (pode supor-se que a E), por “el original”, e mostrava, através do estabelecimento do texto, conhecer e avaliar as variantes apresentadas por um “otra” (a Ee), considerando-a uma segunda edição. Nesta edição Ee, encontrava diferenças gráficas, a correção de alguns erros detectados na primeira e mesmo a substituição de algumas palavras, o que vinha a melhorar estilística e formalmente o texto. E, acentuando a inverossimilhança do acontecimento, explicava o surgimento desta segunda edição, no mesmo ano de 1572, pelo bom acolhimento que a obra tivera e que levava a esgotar-se a primeira em pouco tempo.

Para tornar convicção sua que a edição autêntica seria a edição Ee, sendo a E uma sua contrafacção, José Maria Rodrigues aceita os argumentos e as explicações que lhe estavam temporalmente mais próximas e de certa forma resumiam com mais plausibilidade os estudos da época, ou seja, as conclusões de Tito Noronha, que haviam sido divulgadas quando das comemorações do Tricentenário e eram também aceites por Teófilo, e as de Epifânio da Silva Dias.

9  *Bibliografia das Obras Impressas em Portugal no Século XVI*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1926.


Os motivos que teriam determinado a contrafação da edição da epopeia eram bem claros para José Maria Rodrigues como para os seus predecessores. Publicados em 1572, *Os Lusíadas* haviam-se tornado o símbolo da afirmação patriótica da nacionalidade numa época em que a crise dinástica se desenhava já, e logo a seguir, o símbolo da resistência ao domínio castelhano e da Restauração. A primeira edição esgotara-se rapidamente, e por isso houvera necessidade de apresentar mais uma tiragem.

Supunha o camonista que a data atribuída à edição E, a segunda, portanto, fosse falsa. Nisto seguia, aliás, a opinião de Tito Noronha, que aproximara esta edição da edição “dos Piscos”, de 1584, por pormenores de composição tipográfica. No entanto, Tito Noronha supunha a edição E posterior à dos Piscos, que seria, essa sim, a 2.^a edição da epopeia. Por seu turno, José Maria Rodrigues tem a sua própria interpretação: a edição E seria uma fraude editorial. Com o tipo que serviu para a edição *princeps*, ter-se-ia simulado uma 2.^a ed. de 1572, fazendo pela antiga uma nova portada, que propositadamente ficasse às avessas, para não haver dúvidas de que se tinham emendado erros da 1.^a, e tocado no texto, para se fazer supor que se tratava de uma edição revista e melhorada pelo autor.

Hoje em dia, esta explicação, que na altura foi bem aceite, parece não ser conciliável com o estudo aturado de numerosos exemplares da epopeia, levado a cabo por David Jackson, que veio mostrar a assistemática das observações feitas em exemplares E e Ee e a colocar a hipótese, mais plausível, de ter havido uma única edição em 1572¹⁰.

De certa maneira, pode dizer-se que a ambição de estabelecer um texto fiável é um sonho que acompanhou sempre os editores, os críticos e os leitores de Camões. José Maria Rodrigues dava o assunto por arrumado no que dizia respeito aos *Lusíadas*, mas, avançando no plano sua lição inaugural, reconhecia que a Lírica levantava problemas mais difíceis, quer ao nível da constituição e fixação do texto, quer ao nível da interpretação, que, na sua opinião, implicava o conhecimento da biografia do Poeta.

Tem de se admitir que, com pressupostos metodológicos e teóricos variados e mais ou menos conformes às diferentes épocas, a interpretação da obra lírica e a reconstituição da biografia camoniana foram consideradas inseparáveis até há relativamente pouco tempo, e assim se mantêm numa tradição que continua a manifestar-se ainda agora, se bem que esporadicamente, ou de uma forma menos direta. Com efeito, o fascínio do mistério mantêm-se. E quando nos nossos dias se propõem, sob o


10  Veja-se o estudo de David Jackson que acompanha a reprodução de 29 exemplares de 1572, “Luís de Camões e a primeira edição d’*Os Lusíadas*, 1572. Uma introdução ao CD-ROM”, *Portuguese Literary and Cultural Studies*, Center for Portuguese Studies and Culture, University of Massachusetts Dartmouth, 2003.


manto do literário e da ficção, matizado pela recriação da época e pela investigação histórica, biografias romaneadas ou dramatizadas de Camões, o espírito é apenas diferente daquele que animava o final do século XIX apenas por não se fazer a afirmação convicta de se ter reconstituído a vida de Camões. Ou, dito de outra forma, numa época em que a probabilidade substitui a firmeza da convicção, admite-se como inevitável que os poucos dados seguros que conhecemos da vida de Camões possam ser peças de uma construção, e por isso concatenadas de diferentes maneiras, formando outros desenhos que não o proposto. Ao mesmo tempo, a apresentação da biografia como ficção literária, internamente validada pela própria verossimilhança e motivação estéticas, afasta a discussão da obra para um plano técnico e apaga a pertinência da questionação da autoridade do escritor que lhe deu forma.

Severim de Faria escreveu a segunda biografia conhecida de Camões, publicando-a, em 1624, entre os seus *Discursos Vários Políticos*. Consegue corresponder à curiosidade do seu público, ampliando as escassas informações dadas em 1613 por Pedro de Mariz, e acrescentando outras. Nas escassas páginas de Pedro de Mariz, apenas uns poucos parágrafos dizem diretamente alguma coisa de Camões, traçando uma breve descrição física e acrescentando num eufemismo retórico que era muito “liberal”. Agora, Severim de Faria, sem hesitar, indica a sua fonte de informação e legítima o método. As suas informações derivam principalmente “do que o mesmo Luís de Camões de si refere os seus versos, onde ordinariamente os Poetas deyxão escritas suas vidas”. É que “he natural aos homens deleytarse de contar os trabalhos, que padeceram, depois de escaparem deles”¹¹.

E com mais ou menos alterações, este raciocínio perdurou e desenvolveu até implicações que o chantre de Évora não explorara. Os principais biógrafos de Camões socorreram-se da sua obra e, dando asas à imaginação de uma forma mais ou menos lógica e possível historicamente, preencheram as lacunas inevitáveis na reconstituição de uma biografia assente em tão poucos documentos coevos. Com isso, e mostrando as fraquezas das interpretações anteriores, procuravam validar as suas intuições.

José Maria Rodrigues vai herdar esta tradição que, assente numa interpretação biografista dos poemas, invocará o carácter excepcional, genial, de Camões e da sua vida, para valorizar a expressividade da lírica. E por isso, resumirá na sua Lição: “As poesias amorosas de Camões só poderão ser devidamente apreciadas, só revelarão todo o seu valor artístico, quando soubermos, até onde isso seja possível, em que circunstâncias foram escritas e a quem se endereçavam”¹². No seu entender, nas edições

11  Transcrevemos a partir da reprodução desta “Vida” nas *Obras do Grande Luís de Camões*, Lisboa, Joseph Ferreira, 1720.

12  *Lição Inaugural da Cadeira de Estudos Camonianos*, ed. cit., pp. 30-31.

então disponíveis os poemas surgiam como “jóias desengastadas de um precioso adereço, que não podem fulgir com todo o seu brilho, por não estarem colocadas no lugar que lhes compete”¹³.

Aponta já a importância da edição crítica que o “brio nacional” exige, sublinhando ainda que “o ideal seria reconstituir com [essas jóias] a vida amorosa do Poeta”, os “sucessivos estados de alma que elas traduzem”¹⁴.

A edição surge em 1932, feita em colaboração com uma das mais interessantes e enigmáticas figuras da cultura da época, Afonso Lopes Vieira. Apresenta-se como edição crítica, numa designação que, aliás, não corresponde ao que se espera desta classificação.

Afonso Lopes Vieira partilha convictamente a tese do mestre, e, embora dizendo-se sempre discípulo, procura difundi-la com emoção¹⁵. Assim, aceitando a concepção biografista e positivista do século XIX, e iludidos pelo carácter intimista da poética petrarquista abraçada por Camões, procuram o sentido da obra no “reflexo” que ofereça da vida do seu autor empírico. E se é incontestável que essa vida poderá ter inspirado muitos dos seus mais dramáticos poemas líricos e transparece em muitos passos da epopeia, é também irrecusável que ela se possa ler com a simplicidade e imediatismo da interpretação proposta.

Na *Lição Inaugural*, José Maria Rodrigues tinha oposto duas motivações que podiam mover a composição poética, caracterizando os petrarquistas em termos que, hoje, nos parecem de um simplismo tremendo, e que já se começavam a estranhar na época:

“Pertenceu [Camões], como autor [lírico], à chamada escola petrarquista, isto é, idealizou uma ou mais criaturas femininas, fazendo-lhes versos como se morresse de paixão por elas, cantando-as como se fôsem senhoras do seu coração, mas só com a mira em dar forma literária a impressões que não sentia ou foi um amoroso por temperamento, um amoroso, digamos assim, à antiga portuguesa?”¹⁶

13 *Op. cit.*, p. 31.

14 *Ibid.*

15 *Op. cit.*, p. 28. Vejam-se os textos da antologia, prefaciada por Vitorino Nemésio, *Camões na Obra de Afonso Lopes Vieira*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1974, ou a carta que escreve em 1933 a José Maria Rodrigues, lamentando a recepção desfavorável dispensada ao volume da *Lírica*.

16 *Op. cit.*, p. 28. Afonso Lopes Vieira corroborará esta perspectiva, que o fará assegurar na carta referida na nota anterior: “a tese da Infanta permanecerá inexpugnável emquanto as duas interpretações da Lírica de Camões forem estas e só estas: — ou Camões amou, celebrou e sofreu destertos por influência de uma mulher de qualidade social muito superior à dele próprio, ou os seus versos foram feitos no ar, e Camões passará a ser, entre todos os poetas de todas as idades, o único em cuja obra lírica se não pode entrever qualquer significado autobiográfico”.

A resposta de José Maria Rodrigues e Afonso Lopes Vieira foi inequívoca: Camões era um “poeta dos sentidos”. Os poetas petrarquistas eram concebidos como simples fabricantes de versos, e era convicção muito presente que só a expressão direta do sentimento vivido pode ser poética.

A edição de 1932 culminava um longo articulado de escritos que José Maria Rodrigues vinha publicando n’ *O Instituto* desde 1909, unidos pela exposição da “tese da Infanta”, ou seja, pela convicção de que na lírica camoniana se podia reconstituir a desventurada vida de Camões. Os seus poemas formariam um cancionero cronologicamente ordenado, pelo que só se poderia compreender o seu significado tomando como chave a biografia do Poeta. Neste pressuposto, concebem como centro de interpretação da obra no seu conjunto e de cada poema particular uma suposta paixão que Camões alimentaria pela Infanta D. Maria e teria estado na origem dos seus sucessivos “desterros” e infortúnios.

O método delineado não era, contudo, tão simples ou ingênuo como por vezes se faz crer. Num primeiro momento de análise, a partir dos elementos biográficos e referenciais colhidos nos poemas que a isso se prestassem, os editores pretendiam determinar o local da sua escrita: Coimbra, Lisboa, Ribatejo, Ceuta, Oriente. Num segundo passo, relacionando e confundindo a narrativa poética com elementos biográficos empíricos, ser-lhes-ia possível datar a composição desses poemas, para finalmente, reconstituírem “em relances” a biografia do Poeta, repartida em seis “ciclos” de vida sentimental. Relembro esquematicamente esses ciclos, através da síntese oferecida no índice do livro: I. Isabel Tavares. Belisa / Natércia; II. A Infanta D. Maria; III em Ceuta, reacende-se o amor pela prima. Coimbra – desilusão. Regressa Lisboa. Índia (e notícia casamento da Infanta desfeito); IV: Esquecimento. Dinamene; V. Regresso. Morte da Infanta; VI. outras damas. Em cada um desses ciclos, os poemas caracterizar-se-iam não só pelos estados psicológicos manifestados, como também por apresentarem características técnicas e estilísticas comuns.

José Maria Rodrigues, com a honestidade intelectual que o caracterizava, tinha consciência de trabalhar uma hipótese, ainda que a considerasse verdade. Por isso, e pesando também a importância que teria a edição da Imprensa da Universidade de que haviam sido incumbidos, os dois editores resistem a dispor os poemas segundo a ordem que lhes dão no cancionero lírico de Camões. Respeitam a ordem tradicional, com a sua divisão por gêneros, e limitam-se a atenuar o “puro acaso” que rege a sequência dos poemas em cada um desses grupos. Só no fim, num apêndice, “Guia de leitura das poesias relativas aos amores de Camões”, é apresentada a ordenação proposta, corroborando as ideias dos editores expressas na Introdução.


Pouco se fala, nos nossos dias, no trabalho que representa o primeiro grande esforço editorial de verificação e atribuição da autoria aos poemas apresentados, na senda da investigação e dos ensinamentos de Carolina Michaëlis, e do movimento de sístole do *corpus* camoniano por eles desencadeado.


José Maria Rodrigues e Afonso Lopes Vieira rejeitaram muitos poemas que estavam incorporados na Lírica: segundo as suas contas¹⁷, 183 sonetos, 22 redondilhas, 10 canções, 18 elegias, 4 oitavas, 8 élogos e 3 sextinas. Um total de 248, que comprovadamente não eram de autoria camoniana.


Mas se por um lado a razão filológica foi invocada, por outro ela foi contaminada por razões bem menos positivas e científicas, que tinham por base a subjetividade da reconstituição biográfica e o valor documental atribuído a alguns poemas. No julgamento dos anônimos e dos duvidosos, os editores de 1932 explicam ter aplicado um triplice critério: qualidade linguística, significado psicológico e valor intrínseco. Afinal, haviam-se conservado os métodos e os paradigmas da hermenêutica e da história literária oitocentista. Mais ainda, havia-se permitido que eles tivessem força suficiente para contaminar uma área de atuação de estabelecimento do cânone em que, nessa sim, prometia inaugurar caminhos inovadores.

Apesar de ter marcado os estudos camonianos, a edição de 1932 é mais lembrada por ter despoletado a reação do tempo em que se publicava, e ter acendido em torno da poesia lírica camoniana a discussão com um vigor que até então só a epopeia despertara. E nesta época em que os meios intelectuais usavam expor com veemência as suas opiniões, essa reação foi violenta¹⁸. Um só exemplo: Domingos Maurício, nas páginas da *Brotéria*, atacava a fragilidade da interpretação que era afinal o fundamento da edição e do estabelecimento do corpus, e terminava a sua apreciação contundente lastimando que a oportunidade oferecida pela Imprensa da Universidade de Coimbra “ainda desta vez não fosse aproveitada para prestar ao poeta incomparável a homenagem que a cultura da sua pátria lhe deve e que, salvo o devido respeito, tem de ser feita em bases inteiramente novas”¹⁹.

Mas a reação de fato importante surgiu através de um escrito polêmico de Antônio Sérgio, que sobre a Lírica tinha ideias muito definidas, e ironicamente se

17  São os cálculos apresentados no prefácio à *Lírica*, ed. cit.

18  “Em nenhum dos reparos, até aqui feitos, ou ainda por fazer, o trabalho dos camonistas que nos precederam, pretendemos pôr azedume ou dureza. O evidente desmazelo, ausência de gosto e falta de espírito crítico do Visconde de Juromenha, não provieram apenas da sua própria mentalidade, mas também muito da sua época. E à perigosíssima imprudência de Teófilo Braga, absolvem-no, em grande parte, a fé no trabalho e o amor da Pátria” (*Lírica*, ed. cit., p. XXXIII)

19  *Brotéria*, vol 17 (1933), pp. 51-65. Citamos da página 65.

intitulava “ignorante”: “Questão prévia dum ignorante aos prefaciadores da lírica de Camões”²⁰.

Neste ensaio, Antônio Sérgio mostra tanto a sua propensão polemista como a finura de um raciocínio filosoficamente orientado, para, depois de destruir a construção interpretativa criticada, impor a coerência sistematizadora da filosofia como elo de união entre poemas que dão à análise sentimental uma expressão problemática e intelectualizada (“abstrata”, diz Antônio Sérgio, contrariando a interpretação dos editores de 1932). O “angustioso exame de consciência” e as queixas amorosas dorida e insanáveis justificam-se pela própria natureza do amor que se busca continuamente, e que se vai mística e platonicamente descobrindo “amor do amor”.


É tempo de concluir.

José Maria Rodrigues foi, de certa maneira, o epígono de um ciclo importante nos estudos camonianos, fato que obscureceu de alguma forma os aspectos mais inovadores da sua atividade. Talvez também pelo que inegavelmente a sua concepção tem já de extemporâneo e certamente também pelo discurso convicto que dá vazão às suas conclusões, tornou-se o alvo vivo de novas concepções dos estudos literários e de uma nova maneira de entender Camões.

Nas reações adversas ao camonismo de José Maria Rodrigues estava explicitado um passo importantíssimo que fora dado na alteração do paradigma de leitura da Lírica camoniana, que, por esta época, sem adotar declaradamente uma atitude anti-biografista que só seria possível depois de proclamada a morte do autor, acolhia também os escritos de José Régio. A defesa que José Maria Rodrigues e Afonso Lopes Vieira ainda tentaram, apelando à inabalável autoridade de D. Carolina, que, nos últimos anos de vida, teria alterado o seu julgamento e aprovado de forma implícita a “tese da Infanta”, nada podia fazer. Os tempos tinham mudado.

Costa Pimpão, ao prefaciá-la sua edição das *Rimas*, dava por concluída a “época das fraudulentas ou imaginosas construções”, considerando que, a não ser que surgisse alguma circunstância imprevisível, nos teríamos de resignar à impossibilidade de adivinhar “a musa de Camões”. E, de fato, a crítica dos nossos dias resignou-se, apesar de um ou outro caso extemporâneo. As biografias bem informadas de Costa Pimpão, Aníbal Pinto de Castro ou Justino Mendes de Almeida, por exemplo, cingem-se aos fatos documentados, integrando Camões na sua época, esclarecendo-a e tornando-a presente à compreensão do leitor.

Na academia lisboeta, com Hernâni Cidade, que em 1933 sucedeu a José Maria Rodrigues na cátedra de Estudos camonianos, o centro dos estudos desviou-se da

20  Coligido mais tarde no vol. IV dos *Ensaio*s, Lisboa, Sá da Costa, 1972.

biografia para “o poeta e o artista”, sem que essa nova leitura representasse uma ruptura total com a tradição, que acaba por integrar, ainda que concedendo-lhe um plano de menor relevo. No prefácio das *Obras completas* de Camões levada a cabo em 1946, Hernâni Cidade justifica a ordem em que dispõe os poemas, e explica que a eleição do gênero literário representa a recusa de qualquer “ordenação baseada sobre dados da biografia que tão mal conhecemos ou [...] processo psicológico que tão obscuramente se deixa adivinhar”.

A alteração do paradigma de interpretação que se vinha operando ficou também registada nos livros de sua autoria *Camões, o lírico* e *Camões, o épico*, surgidos ambos na década de 30, ainda hoje reeditado a partir dos textos revistos posteriormente. É já o alvor de uma época em que a filologia começa a perder terreno, e a estilística avulta no plano da crítica literária, que se vem apoiar na leitura imanente, valorizando o efeito estilístico. Ao mesmo tempo, no campo da epopeia, os estudos de Hernâni Cidade exemplificam a sua época: neles a história cultural ganha terreno na integração dos autores, e o crítico procura valorizar esteticamente os textos, encontrando na literatura a expressão da “alma histórico-cultural da Nação”.

Os trabalhos camonianos de José Maria Rodrigues garantiram-lhe um lugar indelével na história dos estudos literários e da cultura universitária portuguesa. A História é feita de continuidade e ruptura; pode dizer-se que José Maria Rodrigues marcou os estudos camonianos sem, no entanto, os ter revolucionado.

Metodologicamente, os seus estudos, assinalados por uma convicta relação com o seu poeta e por um trabalho de fina erudição e sentido acadêmico e patriótico, marcam o termo de uma época iniciada pelos estudiosos da geração de Teófilo Braga. Assinalam-no com o brilho de uma erudição e de uma cultura notáveis, e uma vivência apaixonada do saber, que, como se compreende com facilidade, tendia a despertar reações também elas arrebatadas e violentas. É forçoso reconhecer que, na sua época, floriam já outras tendências dos estudos camonianos, acompanhando a natural transformação dos estudos literários em geral, e possíveis porque brotando a partir de um saber laboriosamente conquistado. Por vezes, é-nos difícil abstrair dessa circunstância, mas a verdade é que, de uma forma mais ou menos consciente ou involuntária, e mesmo quando pensamos estar longe, continuamos a fazer caminho em muitos trilhos aplanados por José Maria Rodrigues.